

MONTAGNOLI, Renata Lewandowski *

<https://orcid.org/0000-0001-5371-0522>

PEDRO, Joana Maria **

<https://orcid.org/0000-0001-5690-4859>

RESUMO: O objetivo que permeia o presente artigo consiste na verificação da influência do discurso antigênero de grupos políticos conservadores e neoconservadores nos planos educacionais tanto de nível nacional (Brasil), quanto em âmbito local (Blumenau e Balneário Camboriú/SC). Analisamos, ademais, similaridades e especificidades do discurso político e religioso conservador no Brasil e na Colômbia a partir da perspectiva da História Global de Sebastian Conrad (2019) e François Hartog (2013). A análise do discurso conservador antigênero na educação nacional foi realizada a partir de fontes bibliográficas como Maria das Dores Campos Machado (2020) e Sônia Corrêa e Isabela Kalil (2021). Em relação à Colômbia, foram usados textos de Franklin Gil Hernández (2021). Constatamos que a política antigênero tem servido de plataforma para a eleição de grupos conservadores na América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento antigênero; Educação; História Global.

ABSTRACT: This article aims to verify the influence of anti-gender discourse by conservative and neoconservative political groups on educational plans at both the national (Brazil) and local (Blumenau and Balneário Camboriú/SC) levels. In addition, it analyzes the similarities and specificities of conservative political and religious discourse in Brazil and Colombia from the perspective of the Global History of Sebastian Conrad (2019) and François Hartog (2013). The analysis of anti-gender conservative discourse in national education was carried out based on bibliographic sources such as Maria das Dores Campos Machado (2020) and Sônia Corrêa and Isabela Kalil (2021), and in relation to Colombia, texts by Franklin Gil Hernández (2021) were used. We found that anti-gender politics has served as a platform for the election of conservative groups in Latin America.

KEYWORDS: Anti-gender movement; Education; Global History.

* Possui graduação em História pelo Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE (2003). Especialização em História pela mesma instituição (2005). Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto Federal Catarinense (IFC) Campus Camboriú. Ingressou em abril de 2022 no Doutorado em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), fazendo parte da Linha de pesquisa 3. HISTÓRIAS ENTRECRUZADAS DE SUBJETIVIDADES, GÊNERO E PODER, tendo como orientadora a professora Dra. Joana Maria Pedro. Participa do Laboratório de Estudos de Gênero e História LEGH/UFSC, é coordenadora do Grupo de Trabalho GT de Gênero da ANPUH Santa Catarina biênio 2022-2024. Professora de História na rede pública municipal em SC.

** Professora Emérita da UFSC. Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Itajaí (1972), mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1979) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1992). Professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Fez pós-doutorado na França, na Université d'Avignon, entre 2001 e 2002, e também nos Estados Unidos, na Brown University entre 2016 e 2017. É professora permanente do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. É também pesquisadora do IEG - Instituto de Estudos de Gênero e do LEGH Laboratório de Estudos de Gênero e História.

INTRODUÇÃO

A escalada do movimento político conservador no Brasil, principalmente nas últimas duas décadas, faz parte de articulações globais mais amplas que têm ganhado força no contexto da América Latina. A ação dos grupos políticos conservadores pode ser observada para além do campo político e, principalmente, no espaço educacional. É nesse campo que os grupos políticos conservadores conseguem propagar o pânico moral¹ com maior amplitude, por meio da utilização do discurso da proteção da inocência da infância, de proteção das/os jovens e do combate à desagregação dos valores morais da sociedade e da família.

Nessa seara, a educação passou a ser a bandeira desses grupos e, por isso, a educação nacional (especialmente a pública) tornou-se alvo de vigilância e fiscalização. Para Michael W. Apple (2003, p. 66), “Na cabeça das pessoas que formam esses grupos, o ensino público é por definição um local extremamente perigoso [...]”.

Essa disputa de narrativas se intensificou com as discussões do Plano Nacional de Educação, no início dos anos de 2010, e se estende até os dias atuais, reverberando nas discussões de outros planos educacionais, como no caso das cidades – pesquisadas neste trabalho – de Blumenau e Balneário Camboriú, em Santa Catarina.

Trata-se de um movimento global que tem maior ou menor força em diferentes lugares, e, ao olhar para o Sul global², realizamos um comparativo entre o movimento conservador antigênero na Colômbia e no Brasil. Esse cruzamento de fronteiras, estudos, informações e histórias faz parte de uma análise para além da compartimentação do passado (CONRAD, 2019), possibilidade vislumbrada pela História Global.

¹ Pânico moral pode ser entendido, a partir de Stanley Cohen (1972, p. 9), como sendo “uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas [que] passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de Direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou desenvolvem-nas”.

² De acordo com Joana Maria Pedro e Luana Borges Lemes (2019, p. 68), “[...] esta noção de Norte global ou Sul global não tem relação necessária com a geografia. Trata-se de conceito utilizado pelos estudos pós-coloniais como referência aos países ricos e pobres conectados pela colonização”.

Para entender a relação entre os movimentos políticos conservadores em esfera local e global, utilizamos a definição de Hartog (2013), que entende o conceito de sistema “glocal” como a relação de um “sistema binário”, que conecta o global e o local, levando ao “glocal” que, por sua vez, acaba influenciando o global.

O objetivo deste artigo, por sua vez, é destacar a atuação de grupos políticos conservadores no Brasil e na Colômbia e a caçada antigênero organizada por eles nos âmbitos das políticas públicas educacionais e nos documentos suleadores³ dessas políticas.

Dentre as pesquisas (bibliográfica e documental) realizadas para a produção desta escrita, foram encontrados menos materiais referentes à Colômbia e maior substrato de materiais referentes aos casos brasileiros. O presente artigo está dividido da seguinte maneira: além desta introdução, na seção 2, “Na educação, que seja feita a nossa vontade!”, abordamos a atuação dos grupos políticos conservadores na redação e aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014), e nos debates durante a redação, apresentação e aprovação dos planos municipais de educação das cidades catarinenses de Blumenau (BLUMENAU, 2015) e Balneário Camboriú (BLANEÁRIO CAMBORIÚ, 2015); a seção 3, “A vigilância antigênero no Sul Global”, diz respeito a um panorama da política conservadora antigênero no Brasil e na Colômbia a partir das análises de Maria das Dores Campos Machado (2020), Sônia Corrêa e Isabela Kalil (2021) e Franklin Gil Hernández (2021); na seção 4, “Essa tal “ideologia de gênero”, abordamos a implementação do imaginário da “ideologia de gênero” no Brasil e na Colômbia; e, finalmente, seguem a conclusão do artigo e suas referências.

NA EDUCAÇÃO, QUE SEJA FEITA A NOSSA VONTADE!

As discussões das pautas que envolvem gênero são cercadas de preconceitos e desconhecimento, principalmente no campo religioso cristão conservador. O “medo”

³ O termo “sulear” foi cunhado pelo físico brasileiro Marcio D’Oliveira Campos quando da publicação do texto “A Arte de sulear-se” (1991). A palavra está empregada nesse artigo como uma forma de referência que leve em consideração o sul do globo terrestre, conforme sugere Campos (1991). Disponível em: <https://sulear.com.br/beta3/wp-content/uploads/2017/03/CAMPOS-M-D-A-Arte-de-Sulear-1-1991A.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

desses grupos, relacionado às pautas de gênero, fez com que legislações que buscavam a superação das desigualdades de gênero, o respeito à diversidade e a garantia de direitos civis para todas as pessoas sejam contestadas com o argumento de que estão criando uma “ditadura gay”, a implementação da “ideologia de gênero” na sociedade e na educação e uma ditadura com as “pautas da esquerda”, o que demandaria ação dos grupos políticos conservadores (MACHADO, 2020). De acordo com Apple (2003), uma das intenções da atuação política da direita é mudar o significado de categorias e o modo como são empregadas. A “ideologia de gênero” entra nesse objetivo: mudar o significado de gênero enquanto categoria, por meio de seu emprego de modo pejorativo e perigoso.

No campo educacional, esse novo significado para a categoria gênero se materializa com a política antigênero que movimentou os debates e a aprovação dos Planos Educacionais da “última década”⁴, como ocorreu nos Planos Municipais de Educação das cidades de Blumenau e Balneário Camboriú, ambas do estado de Santa Catarina (Brasil).

Quanto à aprovação do Plano Municipal de Educação de Balneário Camboriú, Lei n. 3.862/2015 (BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 2015), observou-se que houve um debate bastante acalorado na Câmara de Vereadores, onde grupos conservadores se mobilizaram para protestar contra a presença da temática gênero no projeto de lei, conforme noticiado por veículos de imprensa:

Um dos assuntos mais polêmicos da audiência foi a questão que envolve “gênero” e “**ideologia de gênero**”. Embora o **PME de Balneário Camboriú** aborde apenas o gênero (sexo masculino e feminino), líderes religiosos entenderam que a “**ideologia de gênero**”, que defende a ideia de que não existe apenas a mulher e o homem, mas que existem também ‘outros gêneros’, seria aplicada nas escolas. O Padre Pedro Carlos Daboit defendeu que a educação sexual das crianças é dever dos pais e deve ser tratada. A escola deve tratar de outras questões e os educadores transmitir apenas conhecimento, disse (PORTAL CLICK CAMBORIÚ, 2015, paginação irregular, grifos do autor).

A manifestação se deu devido à escrita de duas estratégias presentes no documento da badalada cidade do litoral norte de Santa Catarina. Uma estratégia

⁴ O PNE tem vigência de 2014-2024 e os planos municipais citados têm como período de vigência 2015-2025.

previa a implantação de espaços lúdicos na educação infantil que considerassem a diversidade étnica, de gênero e sociocultural das/os estudantes; outra estratégia estabelecia a formação continuada para as/os docentes da rede de ensino sobre gênero, diversidade e orientação sexual, além de segurança e prevenção para a promoção de direitos sociais. Ambas afirmavam a importância do debate sobre as questões de gênero e diversidade no espaço escolar para a promoção da cidadania. Todavia, os grupos conservadores alegaram que as duas estratégias visavam implantar a “ideologia de gênero” nas escolas do município.

Devido à polêmica gerada na apresentação do projeto de lei no plenário da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, dois vereadores, Leonardo Piruka (PP) e Asinil Medeiros (PR), apresentaram duas emendas que solicitavam a supressão das palavras diversidade e gênero do documento. Sobre esse retrocesso, a vereadora Marisa Zanoni Fernandes (PT) fez o seguinte relato:

A escola recebe a todos e tem que ser uma escola para todos, tem que valorizar e acolher as diferenças. Estão equivocados sobre como o plano trata a questão do gênero, ele não prega nenhuma ideologia destruidora de famílias. Porém, negar que isso existe é reduzir o papel da escola e do professor – comenta (REDAÇÃO NSC, 2015a, paginação irregular).

A atuação de grupos religiosos foi decisiva nesse caso para que a pressão sobre as/os legisladoras/es levasse o plenário a retroceder quanto à aprovação do Plano Municipal de Educação para que dele fosse retirado aquilo que não estava a contento dos grupos políticos conservadores. Para Toni Reis e Edla Eggert (2017, p. 17),

no debate ocorrido em torno do Plano Nacional de Educação, e subsequentemente em torno dos Planos Municipais e Estaduais de Educação, o termo ideologia de gênero foi utilizado por quem defende posições tradicionais, reacionárias e até fundamentalistas em relação aos papéis de gênero do homem e da mulher, reiterando os posicionamentos de autores como Scala, afirmando que ideologia de gênero significa a desconstrução dos papéis tradicionais de gênero.

A “ideologia de gênero” também foi proibida no Plano Municipal de Educação de Blumenau, Lei n. 994/2015 (BLUMENAU, 2015). Ao longo do documento, o termo “gênero” é citado oito vezes, acompanhado, porém, de uma proibição:

Art. 10 - § 5º É vedada a inclusão ou manutenção das expressões 'identidade de gênero', 'ideologia de gênero' e 'orientação de gênero' em qualquer documento complementar ao Plano Municipal de Educação, bem como nas diretrizes curriculares.

Meta 4 – Estratégia: 4.23 É vedada a manutenção ou a inclusão das expressões 'ideologia de gênero' e 'orientação de gênero' em quaisquer documentos da educação e, em especial, nas diretrizes curriculares.

Meta 10 – Estratégia: 10.15 São vedadas a distribuição e a confecção de material, na rede pública municipal, que tenha como referência a orientação das 'políticas de gênero, ideologia de gênero, orientação de gênero' (BLUMENAU, 2015, paginação irregular).

A partir dos excertos, é possível observar que houve, no referido plano, intensa preocupação em estabelecer proibição a toda e qualquer referência a gênero no espaço escolar. Segundo Cláudia Vianna (2018), a supressão de menções a gênero nos planos educacionais seria uma forma de livrar crianças e adolescentes de uma possível doutrinação em sua formação moral e de gerar o pânico moral entre as famílias. O “pânico moral” corresponde a medos e ansiedades “[...] muito difundidos, e muitas vezes lidam com eles não pela procura das reais causas dos problemas e as condições que eles demonstram, mas deslocando-os como ‘Demônios do Povo’ [...]” (WEEKS, 1981, p. 14).

Ao ler o Plano Municipal de Educação de Blumenau na íntegra, é possível observar a inserção sistemática do pânico moral em seus artigos, uma vez que o documento deixa implícito o perigo que existe quanto à “ideologia de gênero” no espaço escolar. Conforme Bruna dos Santos Bolda e Josué de Souza (2018, p. 50),

[...] no caso da atuação da bancada religiosa de Blumenau, além da utilização dos princípios religiosos para se legitimar na esfera política, os vereadores se valem dos princípios religiosos para legislar na esfera educacional. Para tanto, subvertem a noção gênero em ideologia de gênero e desconsideram a discussão científica acerca da identidade de gênero.

O discurso político conservador se apropria da agenda educacional com uma veemência e retórica tão bem fundamentadas na proteção e preocupação com crianças e adolescentes que se posicionar contra esse discurso é considerado quase uma blasfêmia.

Foi inicialmente na esfera do Congresso Nacional que os documentos suleadores da educação nacional sofreram essa política antigênero de vigilância e silenciamento com relação a pautas contrárias às dos movimentos políticos

conservadores (que no Congresso Nacional passaram a ser identificados como a bancada do BBB)⁵. Trata-se de pautas que dizem respeito a questões como: gênero, feminismos, diversidade, sexualidade, questões ligadas à população LGBT, orientação e identidade de gênero. Esses temas levaram a homéricos embates, tanto nas comissões quanto nos plenários do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e, também, na Câmaras Municipais. De acordo com Machado (2020, p. 94),

o sintagma da “ideologia de gênero” vem sendo mobilizado para justificar propostas conservadoras no Congresso Nacional desde a primeira década do século XXI. Uma investigação realizada por Raniery Teixeira sobre as referências à terminologia “ideologia de gênero” no plenário da Câmara Federal assinala como marco inicial o ano de 2003 e revela uma curva ascendente a partir de 2013, com pico máximo de citações em 2017, ano em que a curva começa a se inverter e o número de menções ao termo passa a refluir.

Em 2014, foi aprovado o Plano Nacional de Educação/PNE, Lei n. 13.005/2014 (BRASIL, 2014), que determinava aos entes federados a realização da redação e aprovação dos seus planos educacionais com vigência de 10 anos. O PNE já havia sido aprovado na Câmara dos Deputados, contudo, a pressão de neoconservadores fez com que o plano sofresse alterações em suas referências a gênero e orientação sexual, que foram propostas pelo pastor e então senador pelo estado do Espírito Santo, Magno Malta (MACHADO, 2020).

A aprovação do Plano Nacional de Educação se deu dentro de um contexto de ascensão do movimento político conservador e, dentre suas pautas, a dos costumes estava em maior evidência, não sendo, portanto, estranho que um dos documentos normatizadores da educação nacional tenha silenciado as questões que envolvem gênero. Segundo Machado (2020), o medo da incorporação de conceitos sobre gênero no PNE uniu parlamentares cristãos, como religiosos católicos e evangélicos, e a sociedade civil na luta antigênero.

⁵ De acordo com Gil Alessi (2017, paginação irregular), “[...] bancada BBB (Bala, boi e bíblia), apelido dado às Frentes Parlamentares da Segurança Pública, Agropecuária e Evangélica”. Segundo Martins (2015, paginação irregular), “o termo ‘BBB’ foi usado por Kokay pela primeira vez em uma reunião da bancada do PT na Câmara no início do ano, e arrancou risadas dos colegas. A expressão não tardou a se difundir entre parlamentares de partidos de esquerda, que também identificam nessa articulação uma ameaça aos direitos humanos e das minorias”.

A VIGILÂNCIA ANTIGÊNERO NO SUL GLOBAL

Ao mesmo tempo que ocorriam, aqui no Brasil, embates nas casas legislativas envolvendo a aprovação de planos educacionais, na Colômbia, os movimentos políticos conservadores também se articulavam contra ações do governo federal que buscavam combater a discriminação com relação à orientação sexual. Isso é demonstrado no seguinte excerto:

Na liderança das campanhas contra o material didático na Colômbia também estava uma política evangélica: Angela Hernández, jovem deputada pelo Departamento de Santander, filiada à Igreja Quadrangular. Juntamente com Jaime Andrés Beltrán, político e pastor evangélico, Ângela foi responsável pela convocação da grande marcha realizada em 10 de agosto de 2016 contra as cartilhas elaboradas pelo Ministério da Educação do governo de Juan Manuel Santos. O material havia sido produzido com o propósito de combater as discriminações nas escolas com base na orientação sexual, mas foi criticado pelas lideranças acima mencionadas com argumentos já mobilizados em outros contextos nacionais. (MACHADO, 2020, p. 118-119)

É possível observar que há similaridades das ações dos grupos políticos conservadores, conforme Conrad (2019), e, uma vez que vivemos em um mundo de trocas, entender a complexidade de alguns fenômenos demanda um olhar comparativo. De um modo geral, os grupos políticos conservadores da América e da Europa (ocidente) têm características comuns como: a manutenção das instituições sociais tradicionais (família, comunidade, religião), a liberdade política e econômica, e a manutenção da ordem social e moral. Todavia, dentro destes grupos conservadores, há várias especificidades de acordo com cada local, embora haja um fio condutor comum: a confrontação contra toda e qualquer mudança da ordem política que venha a transformar as relações de poder da sociedade (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2017).

A partir do final da década de 1960 e começo de 1970, com as conquistas de igualdade e direitos sociais de grupos à margem da sociedade, o conservadorismo entrou em crise e

[...] o neoconservadorismo passa, então, a apresentar-se como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado Social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado e reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de

contestação à ordem social e aos costumes tradicionais (LIMA; HYPOLITO, 2019, p. 5).

Os neoconservadores realizam alianças com os neoliberais e passam a compor a Nova Direita. No Brasil e na Colômbia, os grupos políticos conservadores, mais precisamente, os neoconservadores, buscam ampliar sua atuação nas estruturas do Estado, visando ao desenvolvimento de políticas públicas de acordo com os seus interesses (MACHADO, 2020). Com a proposta de se engajar na política para preservar os valores cristãos da família e combater a crise moral, líderes evangélicos passaram a disputar o poder legislativo (MACHADO, 2020) ou apoiar candidatos ao executivo e legislativo que defendam os posicionamentos da igreja e do grupo. Um exemplo da atuação de grupos políticos conservadores foi o pleito de 2018, “[...] onde os evangélicos brasileiros passaram a ocupar 16% das cadeiras da Câmara Federal e 8,6% das do Senado” (MACHADO, 2020, p. 89). Isso demonstra que existe um plano político de ocupação de poder para a efetivação de seus ideais conservadores.

Os grupos conservadores, no campo político, são contrários às pautas das minorias (mesmo que nem sempre sejam grupos minoritários, como as mulheres), onde “[...] Temas como direitos sexuais e reprodutivos, e descriminalização das drogas, estão continuamente no alvo dos discursos e da retórica dxs conservadorxs” (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2017, p. 20). Esses temas representam uma ameaça à família tradicional para esses grupos conservadores: “[...] seria necessário reforçar os valores clássicos ocidentais para prover a base normativa para os Estados democráticos, liderados por homens capazes e ilibados” (MOLL, 2015, paginação irregular), homens que pudessem proteger e garantir o bem-estar da instituição família. Essa interpretação do conceito de família utilizada por grupos políticos conservadores no Brasil já havia sido questionada no Informe del Experto Independiente sobre la protección contra la violencia y la discriminación por motivos de orientación sexual o identidad de género: Las prácticas de exclusión, produzido por Víctor Madrigal Borloz para a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2021, no qual questiona o estrito conceito de família utilizado por estes grupos políticos e sociais:

Atores que promovem uma interpretação regressiva dos direitos fazem fortes paralelos entre a nação e a família. Neles a ordem patriarcal e família heteronormativa são descritas como a única que acrescenta

valor à herança nacional de um país. A 'ideologia do gênero' é, pelo contrário, definida como um ataque ao patrimônio, identidades e tradições nacionais. Como dito em um dos relatórios apresentados, 'a nação e a família tornam-se quase intercambiáveis uma vez que a nação é imaginada como uma unidade social homogênea de parentesco – de fato, uma família –, em particular quando isso se fundamenta em ideologias raciais de origem e supremacia comuns'. Esta definição de família não leva em conta o fato de que, na maioria dos contextos, as famílias são diversas, e em alguns deles são muito diversas: no Brasil, onde existem mais de 28 milhões de famílias chefiadas por mulheres, várias associações acadêmicas têm contestado a promoção do modelo patriarcal e heteronormativo único de família (BORLOZ, 2021, p. 10-11).

Devido a esse ideário, os grupos políticos conservadores atuam em diversas frentes e em vários países para implantar suas pautas a partir de grupos políticos formados por evangélicos e católicos. Na Colômbia, “[...] foram eleitos onze evangélicos, entre homens e mulheres nas eleições de 2018, para o Congresso da República, o que representa 4% de todos os políticos ocupando cadeiras na legislatura atual” (MACHADO, 2020, p. 89).

Ao analisar o cenário dos dois países latino-americanos, o caso colombiano pode ser ainda mais complexo que o caso brasileiro, pois foi apenas com a aprovação da nova Constituição, em 1991, que a Colômbia passou a ser um país laico, embora ainda seja intensamente marcado pela tradição cristã.

[...] na Colômbia [...] a importância cultural e política da Igreja Católica na história do país é muito grande, e só com a Constituição de 1991 o Estado deixou de ser confessional. Apesar disso, foram os evangélicos (16% da população hoje) que apareceram como a face mais visível das campanhas antigênero nos anos de 2016, 2017 e 2018. Esse dado pode ser explicado, em parte, pelo fato de ser esse segmento religioso uma 'minoridade ativa', ou uma minoria que tem grande capacidade de mobilização e, exatamente por isso, ter se destacado nas campanhas (em redes sociais e nas ruas) contra a 'ideologia de gênero' no país (MACHADO, 2020, p. 114).

Se o Brasil emergiu do processo ditatorial em 1985, e em 1989 promulgou sua Constituição cidadã, a Colômbia estabeleceu, via constituição, em 1991, a laicidade do Estado, proibiu todas as formas de discriminação e estabeleceu a liberdade de consciência religiosa. Vale ressaltar que não é a força da lei que muda práticas e costumes. Sabemos, por outro lado, que a mudança via legislação é muito importante para o estabelecimento de marcos legais e amparo jurídico.

Podemos observar que, ao passo que a legislação estabelece os limites da fé na estrutura do Estado, movimentos políticos buscam modificar as leis para que atendam aos seus anseios religiosos. Entre avanços e retrocessos, a atuação política conservadora cristã ganha importantes representantes dentro da Igreja Católica no contexto latino-americano, sendo preciso

[...] reconhecer que as elites evangélicas do continente não só mantêm uma relação cada vez mais forte com as organizações e a liderança da direita cristã dos Estados Unidos, como também vêm se apropriando do discurso católico contra a “cultura da morte” e a “ideologia de gênero” e estabelecendo parcerias com os movimentos católicos conservadores de países como Colômbia, Peru, Costa Rica e Brasil (MACHADO, 2020, p. 91).

Grupos cristãos católicos entendem que há uma expansão da “cultura da morte”⁶ na América Latina, referindo-se ao avanço da legalização do aborto no continente. Além do uso da expressão “cultura de morte” e “ideologia de gênero”, também aparece nos documentos eclesiais, sendo utilizada essa expressão pela primeira vez de forma oficial num documento do encontro episcopal A ideologia de gênero: seus perigos e alcances, em Lima, no Peru, em 1998 (CONFERÊNCIA..., 1998). Na sequência, está um excerto do referido documento e as orientações dadas pela Igreja Católica quanto à propagação da “perspectiva do gênero”:

[...] existem muitas pessoas que talvez por falta de informação ainda não compreenderam a nova proposta e os perigosos alcances da mesma. Vale a pena, pois, conhecer esta “perspectiva do gênero” que – segundo informações fidedignas – atualmente não apenas está ganhando força nos países desenvolvidos como também, ao que parece, começa a se infiltrar no nosso meio. Basta rever alguns materiais educativos difundidos não só nos colégios do país como ainda em prestigiosas universidades (CONFERÊNCIA..., 1998, p. 15).

No contexto colombiano, o termo “ideologia de gênero” foi utilizado com maior intensidade a partir de 2003, quando foi publicado o livro *Hacia el libre desarrollo de nuestra animalidad*, de autoria do católico ultraconservador Alejandro Ordóñez (2003),

⁶ Segundo Lourdes Varela (coordenadora latino-americana do movimento internacional “40 Dias pela Vida”) em entrevista para Luiz Lopes do Portal Vida e Família, “[...] o que ocorreu na Colômbia foi a formalização de uma cultura de morte já consolidada no país, onde antes o aborto só era permitido para os casos de estupro, má-formação do feto e risco para a vida da mãe” (Varela se refere à legalização do aborto na Colômbia, que aconteceu em 21 de fevereiro de 2022) (LOPES, 2022, paginação irregular).

que havia sido Procurador-Geral da República da Colômbia entre 2009-2016 e que, entre 2018 e setembro de 2022, foi representante permanente da Colômbia junto à Organização dos Estados Americanos (OEA). Em outras obras publicadas por Ordóñez, ele conceitua a “ideologia de gênero” como sendo uma “subversão da ordem natural” (HERNÁNDEZ, 2021).

No Brasil, uma das primeiras vezes que foi utilizado o termo “ideologia de gênero” foi no Congresso Nacional, em 2003, quando um deputado do PRONA⁷ utilizou em seu discurso tal expressão (CORRÊA; KALIL, 2021). Porém, foi em 2007 que a propaganda antigênero encabeçada por grupos religiosos ganhou força, sendo que

[...] os primeiros grandes impulsionadores digitais da linguagem antigênero no Brasil foram o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), entidade derivada da extinta organização católica ultraconservadora Tradição, Família e Propriedade (TFP) e a editora católica carismática Canção Nova que, em 2008, publicou a tradução para o português de uma versão resumida do livro *A Agenda de Gênero* de Dale O’Leary (1997). Três anos depois, o livro *Ideologia de gênero, Neototalitarismo e a Morte da Família* (2011), escrito pelo autor ultracatólico argentino Jorge Scala, também estaria disponível em versão impressa (CORRÊA; KALIL, 2021, p. 70-71).

Podem ser observadas similaridades nas ações dos grupos conservadores nos dois países. A partir da abordagem comparativa, podemos observar o entrecruzamento das pautas e as especificidades do movimento conservador cristão do Sul Global. A pesquisadora Maria das Dores Campos Machado explica que a difusão no início do século XXI

[...] dos movimentos “pró-família” e “pró-vida” pelo continente, movimentos que, até então, eram associados aos setores católicos na literatura especializada. Nessa linha de interpretação, a multiplicação das organizações evangélicas “pró-vida” e “pró-família” na América Latina seria a expressão de uma reação das elites evangélicas locais aos avanços dos movimentos feministas e LGBTQI e teria como objetivo central frear a política sexual e a agenda de gênero nas legislações dos diferentes países da região (MACHADO, 2020, p. 90-91).

⁷ “Deputado federal Elimar Máximo Damasceno do Partido da Reedificação da Ordem Política Nacional, discurso feito em 14 de julho de 2003” (CORRÊA; KALIL, 2021, p. 70).

Esse contexto global-local (glocal) do conservadorismo “[...] leva-nos para lá de casos específicos, abrindo assim uma conversa entre diferentes trajetórias e experiências históricas” (CONRAD, 2019, p. 55). Dentre essas diferentes trajetórias, o caso colombiano representa os “[...] ataques sistemáticos ao feminismo e aos direitos sexuais e reprodutivos, enquadrados como ameaças à família [...]” (HERNÁNDEZ, 2021, p. 107). É importante lembrar que, tal como nos adverte Hernández (2021), essas trajetórias estão sempre entrecruzadas com movimentos internacionais similares.

A defesa da família é uma das principais pautas dos grupos políticos conservadores, que se utilizam desse pressuposto para buscar adeptos que comprem o discurso da imoralidade que o gênero representa para a sociedade e para a família: “Como nossos filhos vão poder estar entre os ‘salvos’ se sua vida cotidiana nas escolas os ensina coisas que são dos ‘que não serão salvos’?” (APPLE, 2003, p. 176).

Esse “medo” da destruição da família foi muito utilizado por grupos políticos conservadores colombianos quando, em 2016, foi distribuída nas escolas da Colômbia a cartilha: Orientaciones sexuales y identidades de género no hegemónicas en las escuelas: Temas para reflexión (COLÔMBIA, 2016). A publicação surgiu da união do Ministério da Educação, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e outras agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e orientava novas diretrizes sobre educação sexual e combate ao preconceito. Essa ação gerou manifestações nas ruas da Colômbia, além da divulgação de inúmeras informações falsas, que ajudaram a fomentar o pânico moral entre os colombianos (HERNÁNDEZ, 2021).

Pode-se observar que a estratégia desses grupos conservadores sempre caminha para a propagação da desinformação, de informações falsas e do pânico moral, algo que também ocorreu aqui no Brasil em 2011, com o famigerado “kit gay”⁸ (CADERNO..., 2011), que, para os conservadores, “[...] visava ‘homossexualizar’ ou ‘transexualizar’ crianças, estimulando práticas sexuais precoces e legitimando a pedofilia” (CORRÊA; KALIL, 2021, p. 84).

⁸ Material elaborado pelo Ministério da Educação para o Programa Escola sem Homofobia, que visava informar e combater o preconceito contra pessoas homossexuais no espaço escolar. O material não chegou a ser completamente entregue nas escolas brasileiras, mas seu efeito foi devastador e, até hoje, mais de 10 anos depois, ainda se fala do “kit gay”.

ESSA TAL “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Como pôde ser observado, a trajetória da ascensão do momento político conservador na Colômbia e no Brasil no início do século XXI representa uma história que “[...] é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (BENJAMIN, 1994, p. 229). Esses “agoras” são as diversas construções políticas, sociais, educacionais e discursivas que deram espaço a um movimento conservador de contestação de agendas progressistas no campo dos direitos.

Nesse contexto de falsas narrativas conservadoras, a “ideologia de gênero” “[...] é apresentada como ameaça à ordem natural que determina o lugar social de homens e mulheres, à estrutura da família tradicional e sua hierarquia interna, assim como valores fundantes de uma nação” (RAMÍREZ, 2021, p. 45). Trata-se de um discurso fácil e apelativo no qual governos conservadores se apoiam. Tais governos utilizam-se da fantasiosa ideia de que são guardiões dos valores morais familiares a serem preservados, como pode ser observado no excerto de Machado (2020, p. 105-106):

[...] a centralidade das famílias nas políticas públicas é uma tendência transnacional que pode ser facilmente constatada em governos de direita de várias partes do mundo (Hungria, Polônia, Turquia, entre outros). A posse de Bolsonaro ampliou não só a influência da agenda política da direita cristã estadunidense no Brasil, mas também o intercâmbio de lideranças políticas locais com setores neoconservadores da Hungria, fortalecendo as posições “pró-família” na equipe de governo. Presente na III Cúpula da Demografia, realizada em 2019 em Budapeste, a ministra Damares afirmou que, como a Hungria, o Brasil era um país “pró-família”, e propôs que se formasse uma aliança entre os “países amigos da família”.

Segundo Ramírez (2021), correntes evangélicas/protestantes e católicas (neointegrismo) estão presentes em todo o mundo e se articulam, tendo a participação nas disputas eleitorais como uma de suas estratégias, como já citado. Os grupos conservadores divulgam suas pautas através de eventos internacionais, mas também por meio de “[...] redes transnacionais com movimentos e lideranças políticas que desafiam o regime democrático em vários países do mundo” (MACHADO, 2020, p. 127). Existe uma heterogeneidade dentro desses grupos antigênero, tendo desde o fundamentalista cristão ao liberal de direita.

No Brasil, assim como em outros países latino-americanos, as ofensivas antigênero se assentaram, basicamente, sobre redes mais antigas, sobretudo católicas, de oposição ao direito ao aborto. São formações muito heterogêneas, como hidras de muitas cabeças que se alimentam de fontes ideológicas heteróclitas ou mesmo contraditórias, cuja mobilidade e contornos são difíceis de captar e nos confundem. Seu núcleo central é tanto ultracatólico como evangélico fundamentalista e, em torno a ele, orbita uma instável e variada gama de atores institucionais e sociais como políticos de carreira, membros de corporações profissionais, think-tanks neoliberais, grupos libertários de direita, mas, no caso do Brasil, também se contabiliza a presença de militares e da direita judaica (OFENSIVAS..., 2021, p. 13).

Aqui no Brasil, com a ascensão do governo de esquerda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir dos anos 2000, e, posteriormente, com a presidenta Dilma Rousseff, o movimento Escola sem Partido⁹ (ESCOLA..., 2018) representou o braço educacional do movimento conservador. O Escola sem Partido desenvolveu uma agenda moral a ser aplicada nas escolas e às professoras e professores segundo a qual determinados temas, assuntos, conceitos deveriam ser abolidos do currículo escolar, pois feririam os princípios cristãos/conservadores.

Para Sônia Corrêa e Isabela Kalil (2021), o discurso conservador antigênero se expandiu midiaticamente após 2013, impulsionando, em 2018, a campanha do então candidato Jair Bolsonaro. Para as autoras (CORRÊA; KALIL, 2021, p. 71), “a adesão das forças evangélicas se tornaria uma peça-chave no conjunto político que impulsionou, de forma muito eficaz, os ataques ao gênero no processo eleitoral de 2018, que levou à presidência o candidato de ultradireita Jair Bolsonaro”.

Ao observar o fenômeno dos movimentos políticos conservadores na eleição do presidente Jair Bolsonaro, é possível analisar as similaridades de ações no contexto latino-americano e global desde a perspectiva da História Global, que utiliza o conceito “glocal”. Portanto, as políticas antigênero no contexto glocal são resultado

[...] de uma série de antecedentes e processos precursores, que podem ser datados da segunda metade do século 20 e que estão associados a reações as políticas

⁹ O “Movimento Escola sem Partido” surgiu em 2004, a partir de um grupo de pessoas lideradas pelo ex-procurador de justiça do estado de São Paulo, Miguel Nagib. O movimento almeja o controle, a vigilância sobre escolas e educadores, bem como sobre o currículo escolar. O grupo tem inspiração em movimentos norte-americanos que combatem posições ideológicas e temas do multiculturalismo, principalmente os estudos de gênero. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: 12 out. 2020.

de controle de natalidade ou emergência e expansão do evangelismo, como descrito nos casos do Uruguai e do Brasil. Entretanto, outros estudos, como da Costa Rica ou da Colômbia, localizam o surgimento dessas mobilizações como um efeito de alianças político-religiosas iniciadas desde o final do século passado e posteriormente condensadas em novas conjunturas políticas. Outros estudos consideram que sua emergência ocorreu mais recentemente, quando partidos políticos e setores conservadores se posicionaram e ganharam uma súbita presença pública, como poderia ser o caso do Paraguai ou do México (SERRANO, 2021, p. 25).

A pauta política conservadora reacionária no Brasil promoveu uma verdadeira “caça às bruxas”, ou melhor, “caça ao gênero nas escolas”, desmoralizando o trabalho docente, unidades escolares e profissionais da educação. Mesmo com o adormecimento midiático do movimento Escola sem Partido a partir de 2019 – com o início do governo do presidente Jair Bolsonaro –, o impacto que essa perseguição gerou fez com que ainda reverberem nas escolas o medo e a insegurança quanto à abordagem de certos temas ou conceitos. De acordo com Corrêa e Kalil (2021, p. 86-87),

[...] desde o início de 2019, quando o novo governo chegou ao poder, a agenda antigênero e antifeminista que alimentou o furacão eleitoral e que foi vista por muitos observadores como uma mera retórica de campanha foi transferida para políticas estatais, particularmente as implementadas pelos Ministérios das Relações Exteriores, da Educação e pelo rebatizado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Os projetos de lei contra gênero e contra o direito ao aborto multiplicaram-se no Congresso Nacional. As análises dos significados e efeitos da transposição da “ideologia antigênero” do nível de mobilização política para o nível de políticas públicas confirmam seu caráter metamórfico. Esta agenda assumiu agora novas configurações, tais como a promoção de políticas de abstinência sexual, o renascimento dos discursos, campanhas e medidas contra a pedofilia e, acima de tudo, o foco na “restauração da ordem familiar” e na “proteção das crianças”. Não menos importante, o Brasil tornou-se um centro geopolítico de agendas antigênero e antiaborto, como ilustrado pelo alinhamento explícito com a administração Trump.

Esse cenário hostil aumentou a insegurança do trabalho docente. Na busca por resguardar professoras e professores de todo o país, um conjunto de organizações da sociedade civil – como entidades de classe, universidades, pesquisadoras/es entre outras/os – elaborou, em 2018, o Manual de Defesa contra a Censura nas Escolas

(atualizado em 2022)¹⁰ que busca amparar legalmente docentes que se sentiam e que sejam ameaçadas/os por grupos políticos conservadores na execução do seu trabalho. O Manual vem em

[...] resposta ao perverso fenômeno ultraconservador na educação, em especial, aos ataques aos princípios constitucionais da liberdade de ensino e do pluralismo de concepções pedagógicas e às normas educacionais, bem como à interdição do debate sobre igualdade de gênero, raça e sexualidade nas escolas. Agressões sofridas por professoras, professores, estudantes, familiares e demais profissionais de educação (MANUAL..., 2022, paginação irregular).

As ações de instituições contra a censura e a perseguição aos estudos que envolvam gênero e sexualidade são importantíssimas, pois permitem a formação de um público com capacidade crítica para análise desses jogos de interesse que envolvem as duas temáticas (HERNÁNDEZ, 2021).

Pode-se afirmar que, no atual contexto nacional (e também global), desenvolver legislações ou até mesmo pesquisas que abarquem gênero, diversidade e direitos humanos pode ser visto como ação imoral e doutrinadora. Grupos e pessoas que comungam dessa ideia preconceituosa sobre os estudos de gênero não levam em consideração as múltiplas violências de gênero que se perpetuam com o silêncio imposto à temática, principalmente no espaço escolar. De acordo com Dayana Brunetto Carlin dos Santos e Karina Veiga Mottin (2020, p. 304):

Assim, em nome de deus, da proteção da nação, da família tradicional brasileira e de uma educação livre de uma suposta “ideologia de gênero”, novas técnicas de governo e controle se desenham. Nesse contexto, a subjetividade da professora acaba por se produzir nos limiares de uma insegurança em relação a própria capacidade intelectual e aos próprios princípios do que seria importante e necessário ensinar, debater e problematizar com as turmas de estudantes nos diferentes níveis de educação.

Discutir a temática gênero na educação é fundamental e necessário, todavia, no Brasil, a discussão foi tensionada por grupos antigênero, assim como na Colômbia, por grupos conservadores que mobilizam a sociedade civil contra políticas públicas de respeito à diversidade e à população LGBT e de combate ao preconceito.

¹⁰ Manual de Defesa contra a Censura nas Escolas. Disponível em: <https://manualdedefesadasescolas.org.br/>. Acesso em: 15 out. 2023.

CONCLUSÃO

A História, enquanto ciência, permite às/os pesquisadores analisar diferentes conjunturas e desenvolver relações entre elas – possibilidade de análise historiográfica que pode ser encontrada dentro da perspectiva da História Global (CONRAD, 2019; HARTOG, 2013). Nesse sentido, Santos, Santos e Silva (2021, p. 186), observam que “[...] o ‘global’ não atesta uma aplicabilidade indiscriminada da História Global, mas deve ser tomado como potente nos mais diversos recortes, caso haja conhecimento de suas possibilidades e limitações”. Desse modo, o uso da História Global na escrita deste artigo ofereceu múltiplas possibilidades analíticas com relação à política antigênero empenhada por grupos políticos conservadores no Brasil e na Colômbia.

Buscamos, aqui, apresentar uma comparação entre as campanhas antigênero encabeçadas por partidos políticos conservadores no Brasil e na Colômbia, em um movimento que vai do local (Blumenau e Balneário Camboriú/SC) ao global, demonstrando que o movimento político conservador tem múltiplas faces que se articulam de diversas formas em cada contexto.

No caminho da análise das campanhas contra o gênero que ganharam força e propagação no início deste século, foi possível observar que esse movimento ganhou maior dimensão com a atuação política de grupos conservadores religiosos cristãos, sejam católicos ou evangélicos, que, aliados com representações políticas, impuseram em muitos momentos suas pautas. Para esses grupos, a “ideologia de gênero” está ancorada na “dicotomia caos versus ordem” e associada “ao comunismo ou ao socialismo” (SERRANO, 2021, p. 28).

O gênero, para esses grupos, é responsável por promover “[...] a desvalorização da família em favor da liberdade individual, desconsidera-se a maternidade natural e o matrimônio, e desprezam-se os valores religiosos” (CNBB, 2015). Diante do perigo eminente que a “ideologia de gênero” representa, é preciso combatê-la. Foi nesse cenário que os discursos religiosos, políticos e morais foram ecoando e, ao mesmo tempo, ganhando espaço no contexto educacional. Se é na escola que estão nossas crianças e adolescentes, passando lá no mínimo 14 anos de sua vida (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), esses grupos

entendem que a escola é um espaço que necessita de vigilância, pois, “[...] uma parte da esfera pública nunca é boa, só ruim: a escola pública. Ela reflete o que está errado nessa sociedade sem Deus” (APPLE, 2003, p. 176).

Essa disputa política antigênero ganhou força aqui no Brasil com a tramitação, no Congresso Nacional, do PNE, quando, segundo Machado (2020, p. 94), “[...] o embate dos setores católicos e evangélicos conservadores com o poder Executivo, as feministas, os coletivos LBGTQI e os movimentos de direitos humanos se acirrou”. O embate se estendeu para as assembleias legislativas e as câmaras municipais, que também estavam discutindo a aprovação de seus planos educacionais.

Nos dois casos das cidades catarinenses analisados neste trabalho – Blumenau e Balneário Camboriú –, o discurso cristão conservador reverberou e interferiu diretamente na redação dos planos municipais de educação. Em Blumenau, a apresentação do projeto do Plano pelo poder público municipal foi marcado por um grande evento, onde o então prefeito, Napoleão Bernardes, entregou o documento ao Fórum Municipal de Educação, deixando-o à disposição da sociedade para consulta e sugestões (CATIE, 2015, paginação irregular). Foram dadas 547 contribuições, com mais de 2.151 acessos ao documento (REDAÇÃO NSC, 2015b, paginação irregular), o que demonstra que houve um grande interesse por parte da população blumenauense quanto à elaboração desse plano educacional.

Mesmo com uma grande participação popular, o documento não discutiu as questões que envolvem gênero: como já escrito aqui, empenhou-se em demarcar a proibição quanto à sua abordagem nas escolas. Essa ação não passou ilesa aos olhos da justiça. A Procuradoria Geral da República (PGR) impetrou no Supremo Tribunal Federal (STF) (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019) uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 462 (ADPF 462), questionando a Lei Complementar n. 994/2015 (Lei do Plano Municipal de Educação) (BLUMENAU, 2015), especificamente o seu artigo 10, inciso 5, que estabelece a proibição da menção das expressões “identidade de gênero”, “ideologia de gênero” e “orientação de gênero” a todo documento complementar ao PME de Blumenau (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019, paginação irregular). A PGR sustenta que tal artigo contraria os preceitos da Constituição Federal nos seus artigos 3º e 5º (PAUTA NO PONTO, 2022). Em 2019, a norma de Blumenau já havia sido suspensa pelo ministro do STF Edson Fachin, que escreveu em seu despacho: “Não admitir a livre expressão

do gênero e não promover sua compreensão é atitude absolutamente violadora da dignidade e da liberdade do ser” (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019, paginação irregular).

A ADPF 462 ainda está tramitando no STF, mas, como pôde ser observado, as primeiras tramitações já dão conta da ilegalidade da lei quando veta questões que envolvem gênero no PME.

O PME de Balneário Camboriú não faz nenhuma referência à abordagem de gênero, assim como não instituiu a sua proibição, permanecendo na inércia com relação ao tema. A apresentação do Plano aconteceu no dia 20 de agosto de 2015, no plenário da Câmara de Vereadores da cidade, sessão que contou com grande participação popular. Uma das representantes da Secretaria Municipal de Educação ressaltou que houve metas e estratégias que tiveram maior discussão por se tratarem de assuntos mais “desafiadores”, mas o importante é o debate e o respeito à opinião do outro (ROSA, 2015a).

O debate não ocorreu de forma tão respeitosa e democrática como colocado na fala da representante municipal, pois os grupos políticos cristãos se articularam e pressionaram a retirada de todas as menções a gênero feitas pelo documento, como consta na seção 2 deste artigo. Em uma das discussões sobre o PME de Balneário Camboriú (2015), realizada no mês de setembro de 2015, mais de 30 lideranças católicas e evangélicas estiveram na Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú para demonstrar seu descontentamento com a redação do Plano naquilo que diz respeito a gênero. Estiveram presentes nessa reunião também o Deputado Estadual Ismael dos Santos (PSD) e o deputado Federal Fabrício de Oliveira (PSB). A vereadora Marisa Zanoni (PT) era a única legisladora a advogar a favor da permanência das discussões sobre gênero no PME/BC¹¹ Um dos líderes evangélicos que discursou contra o tema foi o pastor Michael Aboud, o qual argumentou que não se poderia confundir aquilo que os evangélicos defendiam com preconceito, uma vez que lutavam pelo direito da família de educar seus filhos (ROSA, 2015b).

Como visto nos dois casos locais, em várias cidades brasileiras, os grupos conservadores instituíram, através de sua força política, seus interesses específicos em um documento educacional público. Dessa forma, argumenta-se que a educação

¹¹ Plano Municipal de Educação de Balneário Camboriú

não pode ficar refém de grupos conservadores políticos religiosos ou movimentos que visem cercear os direitos fundamentais de docentes e discentes, ou seja, tais grupos não podem ser responsáveis por ditar a pauta educacional. Por outro lado, o que pôde ser percebido por meio das análises feitas na pesquisa bibliográfica deste estudo é que esses grupos estão articulados em toda a América Latina, buscando efetivar sua política antigênero de diversas formas em âmbito global.

REFERÊNCIAS

ALESSI, Gil. Bancada da Bala, Boi e Bíblia impõe ano de retrocesso para mulheres e indígenas. *El País*, São Paulo, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/01/politica/1512148795_433241.html. Acesso em: 17 ago. 2022.

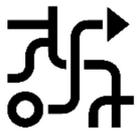
APPLE, Michael W. *Educando à Direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Lei n. 3862, de 18 de dezembro de 2015. Institui o Plano Municipal de Educação – PME, e dá outras providências. Balneário Camboriú, 18 dez. 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-balneario-camboriu-sc>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/sele%C3%A7%C3%A3o_2020.1/BENJAMIN_Walter_Obras_escolhidas_vol._I._Magia_e_t%C3%A9cnica_arte_e_pol%C3%A9tica.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

BLUMENAU. Lei Complementar n. 994, de 16 de julho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de Blumenau – PME e dá outras providências. Blumenau, 16 jul. 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-blumenau-sc>. Acesso em: 11 abr. 2022.

BOLDA, Bruna dos Santos; SOUZA Josué de. A atuação da bancada religiosa na controvérsia em torno das questões de gênero no Plano Municipal da Educação



(PME) em Blumenau de 2015. *Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, v. 20, n. 28, p. 47-62, jan./jul. 2018.

BORLOZ, Víctor Madrigal. Informe del Experto Independiente sobre la protección contra la violencia y la discriminación por motivos de orientación sexual o identidad de género: Las prácticas de exclusión. Naciones Unidas, Asamblea General, A/76/152, p. 1-27, 15 jul. 2021. Disponível em: [N2119217.pdf \(un.org\)](#). Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 7 out. 2020.

BRASIL. Escola sem Homofobia. Caderno. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/9003/1/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 12 maio 2025.

CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA. Brasília, DF: MEC, 2011. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

CAMPOS, Márcio D’Oliveira. A arte de sulear-se I, A arte de sulear-se II. In: SCHEINER, Teresa Cristina (Coord.). *Interação museu-comunidade pela educação ambiental*. Rio de Janeiro: UNIRIO/TACNET, 1991. p. 56-91.

CATIE, Talita. Participação popular é marca do Plano Municipal de Educação. Portal da Prefeitura Municipal de Blumenau, 16 abr. 2015. Disponível em: <https://www.blumenau.sc.gov.br/secretarias/secretaria-de-educacao/semec/blumenau-lanca-documento-base-do-plano-municipal-de-educacao31>. Acesso em: 16 jan. 2023.

CNBB. Bispos do Regional Sul 3 emitem nota sobre riscos da ideologia de gênero. CNBB, 2015. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/bispos-do-regional-sul-3-emitem-nota-sobre-riscos-da-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 13 ago. 2021.



COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers*. London: MacGibbon & Kee, 1972.

COLÔMBIA. Ambientes escolares libres de discriminación. Orientaciones sexuales e identidades de género no hegemónicas en la escuela. Aspectos para la reflexión. Ministerio de Educación Nacional, 2016. Disponível em: https://concejodebogota.gov.co/cbogota/site/artic/20160808/asocfile/20160808140159/2_orientaciones_sexuales_e_identidad_de_genero_en_la_escuela_final_web_r esaltado .pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA 1998. *A Ideologia do Gênero: seus perigos e alcances*. Trad. Apostolado Veritatis Splendor – C.D.T. Publicado em 9 de junho de 2008. Disponível em: https://img.cancaonova.com/noticias/pdf/281960_IdeologiaDeGenero_PerigosEAlcances_ConferenciaEpiscopalPeruana.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.

CONRAD, Sebastian. *Abordagens concorrentes & História Global: uma abordagem distinta*. In: CONRAD, Sebastian. *O que é História Global?* Lisboa: Edições 70, 2019. p. 53-110.

CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. *Brasil*. In: CORRÊA, Sonia (Ed.). *Políticas antigênero na América Latina: resumos dos estudos de casos nacionais*. Trad. Nana Soares, 1. ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids – ABIA, 2021. p. 70-89. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/resumos-pt/E-book-Resumos-PT-02082021.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.

ESCOLA SEM PARTIDO. *Quem Somos*. Escola sem Partido, 2018. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/sobre/quem-somos>. Acesso em: 14 out. 2023. HARTOG, François. *Experiências do Tempo: da História Universal à História Global*. *História, histórias*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 164-178, 2013.

HERNÁNDEZ, Franklin Gil. *Colômbia*. In: CORRÊA, Sonia. *Políticas antigênero na América Latina: resumos dos estudos de casos nacionais*. Trad. Nana Soares, 1. ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids – ABIA, 2021. p. 103-115. Disponível em: [E-book-Resumos-PT-02082021.pdf \(sxpolitics.org\)](https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/resumos-pt/E-book-Resumos-PT-02082021.pdf). Acesso em: 28 dez. 2022.



LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 45, p. 1-15, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxJyKYs6XjMBJSrD6fwbJx/?format=pdf&lang=pt> .

Acesso em: 24 set. 2023.

LOPES, Luiz. Pauta do aborto ameaça a vida na América Latina. *Portal Vida e Família*, 7 mar. 2022. Disponível em: <https://vidaefamilia.org.br/pauta-do-aborto-ameaca-a-vida-na-america-latina/> . Acesso em: 16 jan. 2023.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O Neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. In: BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 83-133.

MANUAL DE DEFESA CONTRA A CENSURA NAS ESCOLAS. Ed. atualizada, 2022. Disponível em: <https://www.manualdedefesadasescolas.org.br/index.html> . Acesso em: 17 ago. 2022.

MARTINS, Rodrigo. A bancada BBB domina o Congresso. *Carta Capital*, 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/844/bbb-no-congresso-1092.html> . Acesso em: 17 ago. 2022.

MOLL, Roberto. Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda? *Unesp*, 2015. Disponível em: <https://ieei.unesp.br/portal/wp-content/uploads/2016/11/Diferen%C3%A7as-entre-neoliberalismo-e-neoconservadorismo.pdf> . Acesso em: 24 set. 2023.

OFENSIVAS ANTIGÊNERO NO BRASIL: POLÍTICAS DE ESTADO, LEGISLAÇÃO, MOBILIZAÇÃO SOCIAL. *Gênero e Educação*, 2021. Disponível em: <https://generoeducacao.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Relato%CC%81rio-ofensivas-final.pdf> . Acesso em: 28 dez. 2022.

ORDÓNEZ, Alejandro. *Hacia el libre desarrollo de la animalidad*. Bogotá: Universidad Santo Tomás, 2003. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/173847454/Alejandro-Ordo-n-ez-Hacie-el-libre-desarrollo-de-la-animidad> . Acesso em: 10 maio 2025.



PAUTA NO PONTO. Lei Municipal vedando expressões sobre “gênero” em Plano Municipal de Educação. Pauta no Ponto, 13 nov. 2022. Disponível em: <http://pautanoponto.info/arquivos/20367>. Acesso em: 16 jan. 2023.

PEDRO, Maria Joana; LEMES, Luana Borges. A “Primavera das Mulheres” nos impasses atuais da democracia no Brasil. In: PEDRO, Joana Maria; ZANDONÁ, Jair (Orgs.). *Feminismos e democracia*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. p. 67-86.

PORTAL CLICK CAMBORIÚ. Famílias de Balneário Camboriú rejeitam o Plano Municipal de Educação. Portal Click Camboriú, 22 ago. 2015. Disponível em: <https://www.clickcamboriu.com.br/geral/2015/08/familias-de-balneario-camboriu-rejeitam-plano-municipal-de-educacao-128472.html>. Acesso em: 18 ago. 2023.

RAMÍREZ, Gabriela Arguedas. “Ideologia de gênero”, neointegrismo católico e fundamentalismo evangélico: a vocação antidemocrática. In: CORRÊA, Sonia. *Políticas antigênero na América Latina: resumos dos estudos de casos nacionais*. Trad. Nana Soares, 1. ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids – ABIA, 2021. p. 44-56.

REDAÇÃO NSC. Plano Municipal de Educação vira alvo de críticas em Balneário Camboriú. Redação NSC, Cotidiano. Portal NSC Total, 27 ago. 2015a. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/plano-municipal-de-educacao-vira-alvo-de-criticas-em-balneario-camboriu>. Acesso em: 18 ago. 2022.

REDAÇÃO NSC. Plano Municipal de Educação de Blumenau recebe 547 contribuições da comunidade. Redação NSC, Cotidiano. Portal NSC Total, 24 abr. 2015b. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/plano-municipal-de-educacao-de-blumenau-recebe-547-contribuicoes-da-comunidade>. Acesso em: 16 jan. 2023.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan./mar. 2017.

ROSA, Pedro G. da. Famílias de Balneário Camboriú rejeitam Plano Municipal de Educação. Click Camboriú, 22 ago. 2015a. Disponível em:



<https://www.clickcamboriu.com.br/geral/2015/08/familias-de-balneario-camboriu-rejeitam-plano-municipal-de-educacao-128472.html>. Acesso em: 16 jan. 2023.

ROSA, Pedro G. da. Vereadora Marisa insiste na ideologia de gênero no Plano Municipal de Educação. Click Camboriú, 15 set. 2015b. Disponível em: <https://www.clickcamboriu.com.br/politica/2015/09/vereadora-marisa-insiste-na-ideologia-de-genero-no-plano-municipal-de-educacao-129559.html>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos; MOTTIN, Karina Veiga. Os efeitos de poder produzidos pelo projeto escola sem Partido na docência. Cad. Gên. Tecnol., Curitiba, v. 13, n. 42, p. 297-312, jul./dez. 2020.

SANTOS, Henrique Cintra; SANTOS, Allana Letícia dos; SILVA, Janine Gomes da. Gênero, sexualidade e conexões com a História Global: protagonismos dos movimentos homossexuais do Brasil e da Alemanha Oriental. Projeto História, São Paulo, v. 72, p. 182-204, set./dez. 2021.

SERRANO, Fernando. Políticas antigênero na América Latina: um olhar panorâmico. In: CORRÊA, Sonia. Políticas antigênero na América Latina: resumos dos estudos de casos nacionais. Trad. Nana Soares, 1. ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids – ABIA, 2021. p. 21-43.

SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, José Antonio. Práticas conservadoras: Suas influências nas tessituras identitárias de gêneros e sexualidades. Periferia: Educação, Cultura & Comunicação, v. 9, n. 2, p. 16-37, jul./dez. 2017.

VIANNA, Cláudia. Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: breve história de lutas, danos e resistências. Cadernos da Diversidade. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Suspensa norma de Blumenau que proíbe ensino sobre gênero e orientação sexual. Supremo Tribunal Federal, 23 dez. 2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=433523>. Acesso em: 10 maio 2025.



WEEKS, Jeffrey. Sex, Politics and Society: The regulation of sexuality since 1800.
Londres/New York: Longman, 1981.

Recebido em 16/03/2025

Aprovado em 28/05/2025